



Jornal do Simesp

Nº 36 • Publicação do Sindicato dos Médicos de São Paulo • jul-ago / 2018

Pág. 3

68,5% das denúncias recebidas pelo Simesp envolvem OSs

É por meio das denúncias que o Simesp consegue atuar em defesa da categoria, seja pela Justiça ou negociando diretamente com as organizações sociais e com a administração pública



Pág. 4

HU-USP

Governador vetou PL que direcionava R\$ 48 milhões para a contratação de novos profissionais

Pág. 6

Campanha salarial

Entenda o andamento das negociações das convenções coletivas com Sindosfil e Sindhosp, além de acordos com OSs Iabas e Sírio Libanês

Pág. 7

Direitos dos médicos

A aposentadoria especial é concedida aos trabalhadores que estão expostos a agentes nocivos

Novos cenários pedem mudanças

Diretoria do Simesp

Nosso jornal foi reformulado para melhor atender você, médico. A partir desta publicação, o informativo será bimestral e contará com três páginas totalmente dedicadas a notícias sobre a situação da saúde no estado e ações do Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp).

Devido ao atual cenário, advindo da “reforma” trabalhista, o Simesp precisou passar por uma readequação em sua estrutura, com redução no quadro de funcionários e diminuição de estruturas físicas. Com isso, o atendimento administrativo das regionais passou a ser concentrado para toda a base diretamente na sede do Sindicato, na capital paulista. Os diretores das regionais continuam com a atuação em suas localidades.

Devido à distância de algumas regiões, o Simesp conta com uma estrutura tecnológica que possibilita que reuniões e atendimentos possam ser realizados à distância, pela internet. Se necessário, os membros da diretoria, além dos advogados, podem se deslocar ao local.

Nesta edição do jornal, abordamos o alto número de denúncias que o Simesp recebe de médicos contra organizações sociais (OS). É recorrente a falta de insumos e medicamentos, atraso nos

pagamentos de salários e péssima estrutura física das unidades. Para se ter uma ideia, a cada 10 denúncias recebidas, sete são a respeito de OSs.

Além disso, o Simesp tem como norte não aceitar nenhum reajuste salarial abaixo da inflação. Nada, portanto, que contribua para o achatamento do salário do médico. Na Campanha Salarial de 2018, além das questões salariais, a pauta de reivindicações também visa minimizar efeitos da “reforma” trabalhista, garantindo a manutenção dos direitos aos médicos, por meio das cláusulas sociais da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT).

Vale destacar a presença maciça do Simesp na imprensa, denunciando a má gestão dos serviços públicos de saúde nos hospitais estaduais, no programa Corujão da Saúde, da Prefeitura de São Paulo, e demais problemas. Nossos diretores concederam entrevistas para o jornal SPTV 1ª e 2ª edição, da Rede Globo; para a rádio CBN; além de diversas entrevistas para o jornal Agora e veículos de comunicação do interior e Grande São Paulo.

Se você ainda não é associado ao Simesp, sindicalize-se! É a sua sindicalização que garante a atuação do Simesp contra a precarização do trabalho médico.

SIMESP OFERECE DESCONTO NA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Agora a Contribuição Social pode ser paga por meio de cartão de crédito com **10% de desconto** em **12 mensalidades**. **Direto em nosso site!**

MENSALIDADE
R\$ **59,44**

Residentes e recém-formados
MENSALIDADE
R\$ **33,02**

Valor especial com subsídio



Os associados adimplentes contam com assessoria jurídica gratuita nas áreas trabalhista, previdenciária e ético-profissional. Além de poderem usufruir de benefícios como seguros, assessoria contábil e declaração do imposto de renda.

Simesp, em defesa do médico e de seu trabalho.

Basta acessar simesp.com.br e seguir as instruções. Se preferir, entre em contato com o Simesp Relacionamento e conheça outras formas de se associar:

(11) 3292-9147 - relacionamento@simesp.org.br



SIMESP

SINDICATO DOS MÉDICOS DE SÃO PAULO



RELACIONAMENTO SIMESP

11-99111-5490



[/simespmedicos](https://www.facebook.com/simespmedicos)



SIMESP

SINDICATO DOS MÉDICOS DE SÃO PAULO

DIRETORIA

Presidente

Eder Gatti Fernandes
relacionamento@simesp.org.br

SECRETARIAS

Geral

Denize Ornelas P. S. de Oliveira

Finanças

Diângeli Soares

Assuntos Jurídicos

Juliana Salles de Carvalho

Comunicações e Imprensa

Gerson Salvador

Formação Sindical e Sindicalização

Ademir Lopes Junior

Administração

Ederli Grimaldi de Carvalho

Relações do Trabalho

José Erivalder Guimarães de Oliveira

Relações Sindicais e Associativas

Otelo Chino Júnior

EQUIPE DO JORNAL DO SIMESP

Diretor

Gerson Salvador

Supervisora de comunicação, edição e redação

Nicolli Oliveira

Redação

Nádia Machado

Estagiária de comunicação

Miréia Lima

Fotografia

BBustos

Redação e administração

Rua Maria Paula, 78, 3º andar - SP

CEP: 01319-000 – Fone: (11) 3292-9147

imprensa@simesp.org.br

www.simesp.org.br

PROJETO GRÁFICO

Med Idea - Design & Planning

Edição de arte, diagramação

e imagem de capa

Joana Brasileiro

Circulação: estado de São Paulo

Tiragem: 5 mil exemplares

Todas as matérias publicadas terão seus direitos resguardados pelo Jornal do Simesp e só poderão ser publicadas (parcial ou integralmente) com a autorização, por escrito, do Sindicato.

A versão digital desta publicação está disponível no site do Simesp. Caso não queira receber a edição impressa, basta mandar e-mail para relacionamento@simesp.org.br

7 em cada 10 denúncias recebidas pelo Simesp envolvem organizações sociais

Nádia Machado

Apoiaram na pesquisa Miréia Lima e Nicolli Oliveira

O montante de 68,5% das denúncias recebidas pelo Simesp, no período de maio de 2017 a maio deste ano, envolve problemas com organizações sociais (OSs). Os motivos são os mais diversos, como atrasos de salários e do 13º, demissões de médicos CLT para contratação de pessoa jurídica (PJ), falta de aplicação do reajuste conforme estabelecido em Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), falta de condições para atendimento devido à sobrecarga de trabalho, falta de insumos ou até mesmo demissões em massa devido à troca de gestão de organizações sociais.

Das 130 denúncias recebidas no período, 89 relatam algum dos problemas elencados acima. Isso significa que aproximadamente sete em cada dez denúncias são de médicos com vínculo a organizações sociais (OSs). São cerca de 16 OSs diferentes em ao menos 11 cidades do estado, incluindo a capital (veja tabela abaixo). As denúncias

recebidas contra a administração direta (prefeituras e estado) ficaram em segundo lugar no ranking, com 19%. Já o setor privado chegou a 7%, instituições filantrópicas a 4% e consórcios a apenas 1%.

O número de denúncias se tornou tão amplo que não é à toa que a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) instaurou, no começo de fevereiro, uma CPI para “apurar denúncias de irregularidades nos contratos celebrados com organizações sociais pelas prefeituras e pelo governo do estado de São Paulo”.

São Paulo

Na capital paulista, o atraso no pagamento dos médicos que trabalham com vínculo a OSs já estava se tornando recorrente todo final de ano, quando a prefeitura deixava de fazer o repasse das verbas. Contudo, em 2017, com o anúncio do corte de 25% do orça-



mento na Secretaria Municipal da Saúde (SMS), sendo que 7,2% seria da verba destinada às OSs, esse problema foi antecipado.

Na época, os médicos que trabalhavam para a OS Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM) tiveram seus salários de maio atrasados em períodos que variaram de sete a 16 dias. O não pagamento ocorreu devido à falta de repasse da prefeitura. O atraso atingiu cerca de 340 profissionais das Assistências Médicas Ambulatoriais (AMAs) Ermelino Matarazzo, Itaquera, Jabaquara, Pirituba, Tatuapé e Vila Nhocuné; além de médicos dos prontos-socorros Ermelino Ma-

tarazzo, Pirituba e Saboya.

“A OS precisa pagar os vencimentos atrasados e a prefeitura precisa arcar com sua responsabilidade com a saúde pública municipal”, disse Eder Gatti, presidente do Simesp, na ocasião.

A partir daí, as coisas só pioraram. Em setembro de 2017, o então secretário de Saúde, Wilson Pollara, anunciou em debate realizado pelo Simesp que iria reestruturar a saúde municipal e que haveria apenas “adequação de alguns serviços”, sem fechamento de unidades. Somente em março deste ano, a prefeitura assumiu o fechamento de 108 AMAs, nesse período as denúncias de sobrecargas nos serviços e filas de espera de mais 6h em prontos-socorros só aumentaram.

O Simesp denunciou os problemas ao Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Cremesp) e ao Ministério Público (MP), que fiscalizou as unidades. A pressão do MP fez Pollara voltar atrás e se comprometer a reverter a “reestruturação”. Porém, mesmo após a promessa, os médicos que trabalham na prefeitura com vínculo empregatício às OSs continuavam sendo demitidos e outros ainda estavam sendo assediados para voltar a atender como PJ.

>Leia a matéria na íntegra em nosso site: <https://bit.ly/znktdro>

CIDADE	ORGANIZAÇÃO SOCIAL	TIPO DE DENÚNCIA
BAURU	FERSB	Fechamento da UPA Pederneiras
CAJAMAR	Reviva Saúde e Fenaesc	Falta de pagamento e sinalização de não sub-rogação de contratos em troca de gestão
CATANDUVA	Pró-saúde	Falta de pagamento do 13º
GUARULHOS	Fundação ABC, Instituto Gerir	Falta de pagamento, falta de materiais, terceirização, assédio moral e transferência compulsória de serviço
JD. SÃO FRANCISCO	Seconci	Apenas uma médica para atender população de 13 mil habitantes
MAIRIPORÃ	Fenaesc	Falta de pagamento de plantões
MARÍLIA	Associação Gota de Leite	Atraso de pagamento
MONTE AZUL	Monte Azul	Falta de clareza em transferências de médicos de serviços, mudança na mensuração da gratificação e retirada de auxílio transporte
OURINHOS	Santa Casa de Assis	Pejotização após transição de OSs e condições inadequadas de trabalho
SÃO PAULO	SPDM, Cejam, Santa Catarina, Sírio Libanês, Associação Saúde da Família, labas, Seconci	Atraso de salários, dupla função, não pagamento de reajuste salarial após mudança de gestão, assédio moral, realização de procedimentos médicos indevidos e não pagamento dos feriados
SÃO ROQUE	Fenaesc	Falta de pagamento de plantões

Governador Márcio França veta recursos destinados à contratação de profissionais para o HU-USP

O governador Márcio França vetou, na noite do dia 5 de julho, o projeto de lei que determinava que os R\$ 48 milhões previstos para o Hospital Universitário da Universidade de São Paulo (HU-USP) fossem usados na contratação de novos profissionais.

“Essa é uma atitude do governador que prejudica meio milhão de pessoas”, lamenta Gerson Salvador, diretor do Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp) e trabalhador do próprio HU. Afinal, o hospital

é referência para todo o distrito do Butantã, na zona oeste de São Paulo, área com cerca de 500 mil habitantes. “Nós não vamos admitir que esse hospital seja desmantelado”, garante.

“Esperamos que os representantes da Assembleia Legislativa derrubem esse veto”, acrescenta Gerson Salvador. De acordo com o site G1, o autor do projeto, deputado Marco Vinholi, diz que já existe um acordo para que o veto seja derrubado pelos integrantes da assembleia.



> Hospital agora atua apenas referenciado devido à falta de profissionais

Atenção

Aviso de fraude: o golpe agora é outro

Um novo golpe está sendo aplicado por estelionatários, que estão utilizando o nome do Simesp. É preciso que os médicos fiquem atentos porque este golpe pode custar caro.

O Simesp reforça que não entra em contato com ninguém solicitando depósito em conta, em nenhuma circunstância. Em caso de ganho de ações na Justiça, todo e qual-

quer procedimento ocorre sob a supervisão de nosso departamento jurídico.

Utilizar o nome de funcionários do Simesp facilita a impressão de veracidade do golpe, mas não se deixe enganar. Se receberem qualquer ligação, carta ou abordagem suspeita, entre em contato com o Simesp imediatamente pelo (11) 3292-9147.

Inscrições abertas

8º Seminário de Inserção da Pessoa Idosa no Trabalho Contemporâneo

As inscrições para 8º Seminário de Inserção da Pessoa Idosa no Trabalho Contemporâneo estão abertas até o dia 20 de agosto pelo link: www.consocial.com.br/idoso/. O evento será realizado em 31 de agosto (sexta-feira), das 8h às 17h, no Centro do Professorado Paulista (CPP) (Avenida Liberdade, 928, próximo ao

metrô São Joaquim, São Paulo).

O seminário, realizado pela Associação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas da Saúde e Similares (Abrapopess), conta com o apoio de diversas entidades, entre elas a Associação Médica do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (Amiamspe) e o Simesp.

SPDM

SPDM se compromete a discutir eventuais mudanças em contratos de trabalho com o Sindicato

A Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM) se comprometeu, no dia 13 de julho, a discutir eventuais mudanças em contratos de trabalho com o Simesp e também a criar mesas de negociação permanente que deverão acontecer a cada dois meses.

No processo de “reestruturação” das unidades de saúde,

que a Prefeitura de São Paulo se comprometeu a suspender e ainda reverter os prejuízos já causados aos profissionais, médicos foram remanejados ou mesmo desligados dos serviços.

CPI das OSs

A SPDM, segundo a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

(Alesp), teria recebido, nos últimos cinco anos, R\$ 6,4 bilhões do governo estadual por meio de contratos.

Foi criada, no começo de fevereiro, uma CPI na Alesp para apurar denúncias de irregularidades nos contratos celebrados com organizações sociais da saúde (OSs) pelas Prefeituras e pelo Governo do Estado de São Paulo.

Imprensa

Simesp na mídia

Nos últimos meses, o Sindicato teve presença maciça na imprensa, denunciando a má gestão dos serviços públicos de saúde nos hospitais estaduais, no programa Corujão da Saúde e demais problemas. Nossos diretores e presidente concederam entrevistas para o jornal SPTV 1ª e 2ª edição, da Rede Globo; para a rádio CBN; para o jornal Agora; e para veículos de comunicação do interior.

Novo chamamento para organização social foi suspenso

Prefeitura de Marília cancelou chamamento para nova OS que administraria os serviços da Estratégia Saúde da Família

Após decisão do Tribunal de Contas do Estado (TCE), a Prefeitura de Marília anunciou a suspensão do Chamamento Público 05/2018 para a contratação de nova organização social que administraria a Estratégia Saúde da Família (ESF) do município, dia 13 de julho. A prefeitura alega que haverá novo chamamento englobando também outros tipos de serviços. De acordo com o presidente do Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp), Eder Gatti, a entidade espera que o próximo chamamento saia em breve e que realmente contemple também outros segmentos da assistência à saúde.

“Cobramos a prefeitura para que sejam mantidos os ter-

mos de sub-rogação dos contratos de trabalho de todos do atual convênio, conforme foi acordado em reunião no final de junho. A prefeitura já havia concordado com a nossa pauta de reivindicações, mas continuaremos em alerta para que as promessas sejam cumpridas”, salientou.

Entenda o caso

No dia 28 de junho, o presidente do Sindicato dos Médicos de São Paulo e médicos da cidade estiveram em reunião com a secretária da Saúde de Marília, Kátia Santana, para debater a transição de organização social (OS) que administra os serviços de Estratégia Saúde da Família



> Simesp defende sub-rogação em trocas de administração de serviços de saúde

(ESF) do município após chamamento público para escolha da nova OS. Durante a reunião, que também contou com a presença do secretário de Finanças e do procurador do município, Kátia se comprometeu a sub-rogar os contratos de trabalho dos profissionais da ESF e demais serviços essenciais da assistência à saúde municipal, ou seja, mantê-los empregados sem que haja perdas trabalhistas. Além disso, Kátia também alegou que não haverá

redução de serviços.

Na ocasião, Gatti questionou a secretária da Saúde sobre como ficará a situação dos médicos que trabalham em outros serviços de saúde do município e que são contratados pela atual OS, a Gota de Leite. “Ela se comprometeu também a realizar novos chamamentos englobando outros tipos de assistência importantes para a cidade, como saúde mental e Unidades Básicas de Saúde (UBSs) convencionais”, contou.

Ourinhos

Ação na Justiça do Trabalho terá pausa para negociação direta

Em audiência no dia 16 de julho, a Justiça do Trabalho acolheu o pedido de pausar por 30 dias o andamento da ação, movida pelo Simesp, que pleiteia o pagamento do reajuste salarial, previsto na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) de 2016, aos médicos do Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de Ourinhos. A Fundação para o Desenvolvimento Médico e Hospitalar (Famesp), que fazia a gestão do serviço, não aplicou o reajuste de 9,62%, referente à Convenção Coletiva de Trabalho de 2016, e a Santa Casa de Misericórdia de Assis, organização social (OS) que a substituiu, ainda não quitou a dívida. A suspensão temporária é para que a Santa Casa de Assis, que atualmente administra o AME,



> Famesp não aplicou reajuste de 2016, agora a OS Santa Casa de Assis deverá arcar com o pagamento

levante as informações de quantos médicos não receberam o reajuste e qual valor será necessário para fazer a quitação da dívida.

Além disso, a OS deverá entrar em contato com o Sindicato para propor como seria possível fazer o pagamento.

Barueri

Prefeitura precariza vínculos de trabalho

Em consequência das atitudes do prefeito de Barueri, Rubens Furlan, a saúde da população está em risco. “Por fora, uma fachada elegante e suntuosa chama a atenção, por dentro macas e cadeiras nos corredores acomodam os pacientes do Serviço de Assistência Médica de Barueri (Sameb)”, relata Eder Gatti, presidente do Simesp.

Furlan, que prometeu em seu discurso de posse oferecer “medicina de rico para o povo pobre”, hoje promove a terceirização dos serviços de saúde do Sameb colocando uma organização social (OS), o Instituto Gerir, para administrar os serviços da unidade. De acordo com Gatti, tal atitude é uma tentativa de desmonte da saúde de Barueri.



OS Sírio-Libanês



> Simesp negocia diretamente com algumas OSs para dar agilidade aos acordos

Médicos terão reajuste retroativo de 8%

Médicos que trabalharam com vínculo empregatício à organização social (OS) Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês no período entre setembro de 2016 e setembro do ano passado terão reajuste salarial de 8%. A diferença será paga, retroativamente, em 12 vezes.

O acordo, firmado entre a organização social e o Simesp, refere-se à Campanha Salarial 2016, que diante da falta de avanço das negociações com o Sindicato dos Hospitais, Clínicas e Laborató-

rios do Estado de São Paulo (Sindhosp), que era o representante patronal da OS à época, acabou sendo judicializada.

Em 2017, a OS Sírio-Libanês passou a ser representada pelo Sindicato das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos do Estado de São Paulo (Sindhosfil-SP), com o qual o Simesp já fechou acordo. Para solucionar pendências referentes ao representante anterior, foi firmado um acordo diretamente com a OS, em separado.

Sindhosp

Negociação está judicializada

O processo de dissídio coletivo que o Simesp moveu contra o Sindicato dos Hospitais, Clínicas e Laboratórios do Estado de São Paulo (Sindhosp) por falta de negociação está aguardando julgamento no Tribunal Superior do Trabalho (TST), a última instância.

Isso porque o Simesp recorreu à decisão de extinguir o processo, determinada pelo Tribunal Regional do Trabalho

da 2ª Região de São Paulo. O Sindicato rechaça essa atitude que prejudica a categoria, tirando o direito de receber o reajuste salarial de 9,62%, assim como os outros médicos representados pelo Simesp, referente à Campanha Salarial de 2016.

O percentual reivindicado refere-se ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de 1º de setembro de 2015 a 31 de agosto de 2016.

Iabas

Negociação de acordo coletivo diretamente com Iabas

No final de junho, foi realizada a segunda reunião da mesa de negociação permanente entre o presidente do Simesp, Eder Gatti, e representantes da organização social (OS) Instituto de Atenção Básica e Avançada à Saúde (Iabas). O próximo encontro será no dia 22 de agosto.

Foi definido que o Simesp enviará a proposta da Campanha Salarial de 2018 à OS, já enviada ao Sindhosfil-SP, com o objetivo de firmar acordo coletivo. Inicialmente, o Iabas avaliou como

positiva a proposta do Simesp de manter as cláusulas sociais da convenção por dois anos.

O Iabas se comprometeu a verificar se há alguma pendência financeira em relação à aplicação de reajustes salariais referentes ao ano de 2017, devido à mudança de representação de sindicato patronal. Há interesse da OS em negociar diretamente com o Simesp, por meio de Acordo Coletivo, assim como já ocorreu com a OS Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês.

Negociações 2018

Sindhosfil-SP colocará reivindicações em pauta de assembleia patronal

O Sindicato das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos do Estado de São Paulo (Sindhosfil-SP) sinalizou que passará para apreciação dos patrões as reivindicações dos médicos em assembleia. Após isso, encaminhará ao Simesp uma contraproposta para avaliação da categoria.

Nessa Campanha Salarial, a pauta de reivindicações visa minimizar efeitos da "reforma" trabalhista, garantindo a manutenção dos direitos aos médicos, por meio das cláusulas sociais da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT). Além disso, a categoria decidiu reivindicar 5% de reajuste salarial e piso de R\$ 13.847,93 para

jornada de 20 horas semanais.

Os médicos podem participar das negociações comparecendo às assembleias para ajudar a decidir sobre as contrapropostas dos representantes patronais, tirando as dúvidas de como isso impacta em seu dia a dia. O sindicato tem a intenção de que as negociações ocorram da melhor forma possível, mas, se for o caso, somente a mobilização da categoria, fazendo pressão aos empregadores e representantes patronais, pode garantir que as reivindicações sejam aceitas. A participação dos médicos é a melhor forma de mostrar a força da categoria para os patrões.

Readequação necessária

Após a “reforma” trabalhista ter entrado em vigor, os sindicatos de trabalhadores de todo o país passaram por mudanças em sua forma de arrecadação devido à extinção da contribuição sindical, isso porque a nova lei revoga a obrigatoriedade da concessão de um dia de trabalho aos sindicatos, centrais e federações. A contribuição ainda existe, mas agora é voluntária.

Vale ressaltar que o Simesp é contra essa contribuição e a considera nefasta. O ideal seria que a sindicalização fosse voluntária e que os ganhos dos acordos coletivos fossem para os trabalhadores sindicalizados.

Ainda é preciso destacar que a “reforma” trabalhista man-



teve a contribuição sindical patronal e, nesses termos, fortaleceu um dos lados na mesa de negociação: os patrões.

Agora, é preciso que sindicatos atuantes encontrem alternativas para manter a sua existên-

cia. Tendo isso em vista, a atual diretoria acredita que a força que o Simesp necessita precisa vir dos seus associados, e é a sua sindicalização que garante a atuação do Simesp contra a precarização do trabalho médico.

Devido ao atual cenário, o Simesp precisou passar por uma readequação, com redução no quadro de funcionários e diminuição de estruturas físicas. Com isso, o atendimento administrativo das regionais passou a ser concentrado para toda a base diretamente na sede do Sindicato, na capital paulista, mas os diretores das regionais continuam com atuação em suas localidades.

Devido à distância de algumas regiões, o Simesp conta com uma estrutura tecnológica que possibilita que reuniões e atendimentos possam ser realizados à distância, pela internet. Se necessário, os membros da diretoria, além dos advogados, podem se deslocar ao local.

Direitos dos médicos

Aposentadoria especial

A aposentadoria especial é concedida aos trabalhadores que estão expostos a agentes nocivos durante a atividade profissional ou agentes biológicos, como no caso dos médicos

Quem tem direito a esse benefício?

O segurado que tiver trabalhado durante 15, 20 ou 25 anos, conforme o caso, sujeito a condições especiais que prejudiquem a sua saúde ou integridade física. Além do tempo de serviço, terá que comprovar a efetiva exposição aos agentes prejudiciais pelo período equivalente ao exigido para a concessão, que no caso dos médicos é de 25 anos. É preciso comprovar a exposição aos agentes nocivos durante toda a jornada de trabalho, de modo habitual e permanente.

O valor da aposentadoria especial é de 100% do salário de benefício. Para o segurado que tiver exercido sucessivamente duas ou mais ativida-

des em condições especiais, sem completar em qualquer delas o prazo mínimo exigido para essa aposentadoria, os respectivos períodos serão somados após conversão do tempo considerado insalubre em tempo comum para concessão de aposentadoria por tempo de contribuição (comum) e não mais “especial”.

Após receber o direito ao benefício da aposentaria especial, posso continuar trabalhando?

Sim, desde que não seja em atividade que o submeta à exposição a agentes nocivos. Essa questão até desencadeou uma discussão sobre a constitucionalidade do artigo e está sendo analisada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), sob a apreciação do ministro Dias Toffoli, já que impede o exercício



da atividade profissional, sendo que a Constituição Federal prevê esse direito aos cidadãos.

Como requerer?

Tendo em vista que a maioria dos médicos exerce concomitante e/ou sucessivamente suas atividades como autônomo, empregado, empregador ou como funcionário público efetivo, existem várias

espécies de aposentadoria possíveis (especial, por tempo de contribuição, por idade, para pessoa portadora de deficiência e por invalidez). Recomendamos que antes de procurar o INSS ou o departamento de recursos humanos do órgão onde se encontra empregado, procure o departamento Jurídico do Simesp para as devidas orientações.

“Tentam culpar apenas o médico por tudo o que acontece na assistência à saúde”

A Associação de Obstetrícia e Ginecologia do Estado de São Paulo (Sogesp) lançou em julho uma pesquisa que avalia os obstáculos dos especialistas da área. O questionário constatou que 94% dos médicos que atuam em planos de saúde e 97% dos que trabalham no SUS enfrentam problemas para exercer a especialidade. Esses profissionais têm carga horária acima do limite estipulado pela CLT, chegando a trabalhar até mais de 60 horas. A presidente da Sogesp, Rossana Pulcineli, pondera que os problemas de acesso levam certas pessoas a, equivocadamente, responsabilizar o médico pela desorganização da assistência



Lais Aranha

> Rossana: “A demora no atendimento é um dos principais motivos (de agressão) e isso não é uma responsabilidade do médico, mas sim uma questão da organização do sistema”

Nicolli Oliveira

A pesquisa apontou que 84% dos ginecologistas entre 25 e 34 anos são mulheres. A que você atribui a crescente atuação de mulheres jovens na área?

Há uma questão referente ao mercado de trabalho porque existe uma preferência, cada vez maior, das mulheres em procurar ginecologistas e obstetras também mulheres. Além disso, existe uma tendência no próprio curso de medicina, com o aumento do ingresso de mulheres.

Um dado expressivo é que 94% dos entrevistados alegaram que os planos de saúde interferem na autonomia médica. Como você avalia esse resultado?

Vemos que existe uma interferência, de alguma forma, velada. Por exemplo, a não autorização de uma internação antes de um procedimento cirúrgico. Também há dificuldade na liberação de exames, que acabam não sendo feitos com a agilidade necessária, e existem as glosas, quando consultas não são pagas pelo plano de saúde.

Já no SUS, 97% dos entrevistados enfrentam problemas para exercer a especialidade. Quais são os motivos?

O que chama muito a atenção é que encontramos uma estrutura ruim que não é adequada para o exercício da medicina e que tem piorado muito. Um outro ponto é a falta de interesse ou de comprometimento dos gestores e a falta de valorização de recursos humanos.

“ Não existe um cuidado adequado com a saúde da mulher por parte dos gestores”

Aproveitando o ensejo, a pesquisa aponta que apenas 7% dos ginecologistas que trabalham no SUS não sofreram ou presenciaram casos de agressões. Quais seriam os principais motivos?

As causas, muitas vezes, não estão relacionadas à atuação do médico diretamente. Por exemplo, a demora no atendimento é um dos principais motivos (de agressão) e isso não é uma responsabilidade do profissional, mas sim uma questão da organização do sistema de saúde. Então, temos situações nas quais vemos o médico sendo responsabilizado por tudo e, várias vezes, os próprios setores de saúde pública e suplementar é que tentam colocar essa responsabilidade em cima do médico. Isso acaba re-

fletindo no número de profissionais que já foram agredidos.

Esses motivos são os mesmos encontrados em denúncias recebidas pelo Simesp. O sucateamento do SUS seria uma tendência entre os governantes?

Existem dois indicadores muito sensíveis: a mortalidade materna e a infantil. Não é à toa que eles são considerados para avaliar o grau de desenvolvimento de uma sociedade. Quando chegamos em uma situação de piora nesses indicadores, como acontece agora, não é mais uma opinião dos médicos, se torna uma constatação do quanto estamos com problemas na saúde.

Tanto o serviço público quanto o privado interferem no trabalho dos ginecologistas e obstetras. Qual seria o ponto em comum?

É a falta de importância de como está sendo vista e valorizada a saúde das mulheres e o médico que cuida delas. Entendemos que o profissional deixou de ser valorizado, mas, antes disso, na verdade, a saúde da mulher nem começou a ser valorizada.

Mais da metade dos ginecologistas e obstetras trabalham acima da carga horária estipulada por lei. Quais problemas isso pode acarretar para o médico?

Temos um número importante

de médicos que trabalha mais do que 44 horas semanais e, até mesmo, mais do que 60 horas. Isso impacta negativamente na vida pessoal do médico, se pensarmos que é uma especialidade que precisa estar o tempo todo disponível, como na obstetrícia. Essa sobrecarga gera um desgaste emocional muito grande. Aliada a isso, há uma situação em que você trabalha sem segurança e sem condições adequadas de infraestrutura. Percebemos que, cada vez mais, os médicos também estão ficando doentes pela forma como é vista essa atenção à saúde.

Quais são as consequências na relação médico-paciente?

Quando o médico vai dar essa atenção maior, isso leva a atrasos e o maior problema da agressão aos médicos é justamente por atraso. Então você tem metas a cumprir, mas essas metas não levam em consideração as necessidades do paciente. Sim, você pode ter uma média do tempo que você precisa para uma consulta, mas não dá para fazer uma boa consulta de pré-natal em 15 minutos, por exemplo.

> Leia a matéria na íntegra em nosso site: <https://bit.ly/zJPb9P9>